

Relatório
ANUAL
2008 | 2009

PREVEME
Sociedade Previdenciária 3M

Índice

Palavra do Diretor Financeiro	04	
Números da Entidade em 2008	05	1. Número de Participantes
	05	2. Contribuição para PREVEME
	06	3. Pagamentos de Benefícios
Demonstrativo Analítico	06	1. Patrimônio
	07	2. Gestão Terceirizada
	07	3. Objetivo de Retorno
	09	4. Custo com a Administração
	09	5. Política de Investimentos
	10	6. Alocação
Resumo da Política de Investimentos para 2009	14	1. Objetivos da Gestão
	15	2. Gerenciamento de Risco
	15	3. Critérios de Contratação
	15	4. Revisão da Política de Investimentos
Parecer dos Auditores Independentes	16	
Balancos Patrimoniais	18	
Demonstrações dos Resultados	19	
Demonstrações dos Fluxos Financeiros	20	
Notas Explicativas á Demonstrações Contábeis	21	1. Contexto Operacional
	21	2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
	21	3. Principais Práticas Contábeis
	25	4. Custeio Administrativo
	25	5. Transferência Interprogramas
	26	6. Exigível Contingencial
	28	7. Exigível Atuarial e Fundos
	29	8. Instrumentos Financeiros
Parecer Atuarial	31	1. Estatísticas
	31	2. Hipóteses e Métodos Atuariais
	34	3. Apuração do Patrimônio
	34	4. Exigível Atuarial e Fundos
	35	5. Plano de Custeio
	35	6. Conclusão
Ata Reunião do Conselho Fiscal	36	
Ata Reunião do Conselho Deliberativo	37	



04

José Fernando do Valle

Diretor Financeiro da PREVEME

Posso afirmar que temos os investimentos bem posicionados e o patrimônio adequado para cobrir 100% dos nossos compromissos com os participantes ativos e assistidos.

Palavra do Diretor Financeiro

Prezados Prevemistas,

O ano de 2008 foi marcado por muita turbulência, trazendo desconforto social e econômico. A crise assolou o mundo e o Brasil não ficou imune aos seus efeitos. A economia respondeu com queda drástica no ritmo de crescimento. Diante a esse cenário, a preocupação de todo o time de profissionais e da diretoria da PREVEME foi de utilizar o aprendizado que a situação econômica trouxe para trabalhar com determinação e foco e, assim, manter o equilíbrio dos recursos que garantem o plano de benefício.

Os investimentos da PREVEME, assim como os de todos os fundos de pensão do Brasil, sofreram também os efeitos da crise. Os principais fundos de pensão do Brasil tiveram uma rentabilidade média próxima de zero em 2008, em muitos casos, abaixo de zero. Apenas os extremamente conservadores com alta concentração em títulos de renda fixa e que visam o curto prazo e risco zero apresentaram saldos positivos, abrindo mão dos ganhos da Bolsa dos últimos cinco anos em nome da não exposição ao risco.

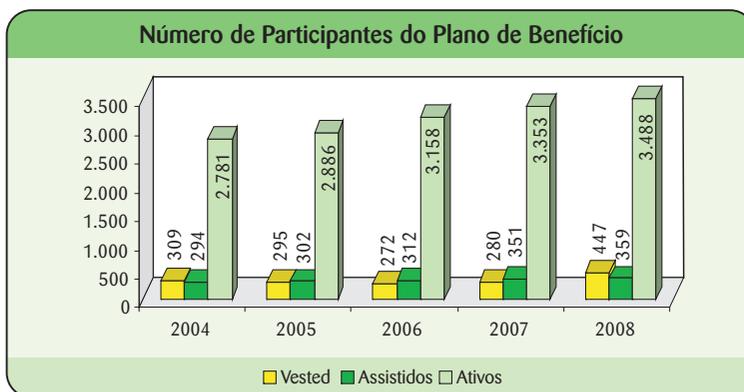
Mostrando com números o efeito de uma estratégia que visa agregar valor ao invés de simplesmente acompanhar o mercado, posso citar como exemplo a evolução do patrimônio da PREVEME. Em 2003, esse patrimônio contabilizava a ordem de R\$ 200 milhões. No final de 2007, esse número praticamente dobrou. O que aconteceu durante o ano de 2008, foi devolver parte do que ganhamos nestes últimos 5 anos. Não podemos considerar este fato como prejuízo em nossas reservas, lembrando, que a estratégia que utilizamos é de longo prazo, isso significa colher frutos em tempos de bolsa em alta e defender o patrimônio em tempos de mercados oscilantes, utilizando boas práticas de gestão.

Desta forma, gostaria de terminar dizendo que temos tudo sob controle, com vários mecanismos de detecção e acompanhamento dos nossos investimentos, que nos garantem tranquilidade em tempos não favoráveis, ao mesmo tempo que nos preparam para a reação imediata tão logo o mercado se recupere. Neste momento observamos alguns sinais de aquecimento e melhora do cenário econômico. Nossa estratégia de longo prazo é vencedora e continua trazendo o melhor retorno para o perfil de investimento que temos na PREVEME.

Números da Entidade em 2008

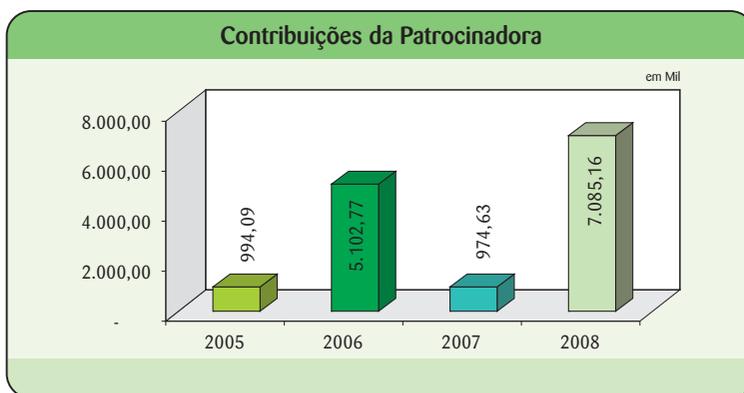
1. NÚMERO DE PARTICIPANTES

No gráfico abaixo apresentamos a quantidade de participantes ativos, assistidos e em vested da Entidade, estes números são referente ao último dia de cada ano.



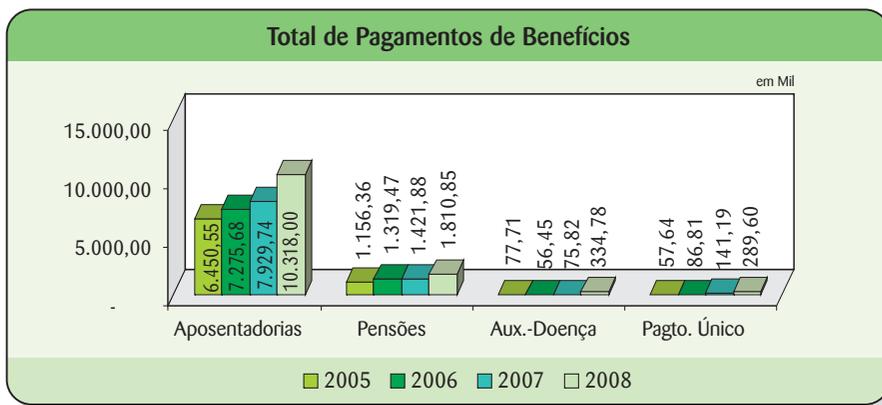
2. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVEME

Segue abaixo as contribuições destinadas para o custeio dos benefícios e das despesas administrativas do Plano de Benefício, somente a patrocinadora contribui para este plano.



3. PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS

Segue abaixo as contribuições destinadas para o custeio dos benefícios e das despesas administrativas do Plano de Benefício, somente a patrocinadora contribui para este plano.

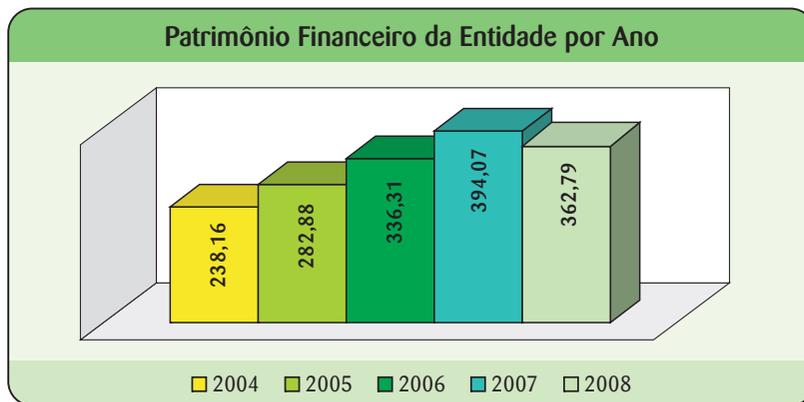


06

Demonstrativo Analítico de Investimentos do Ano de 2008

1. PATRIMÔNIO

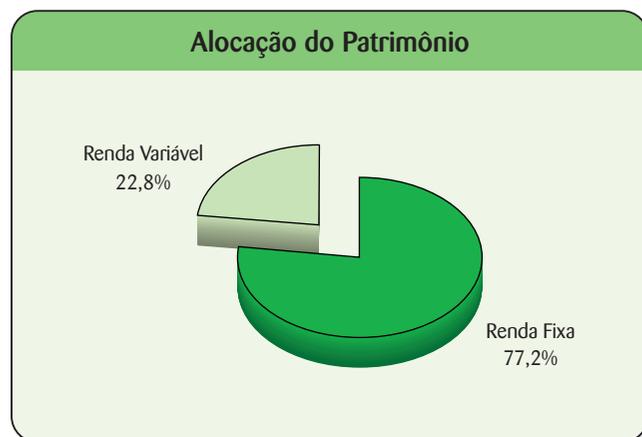
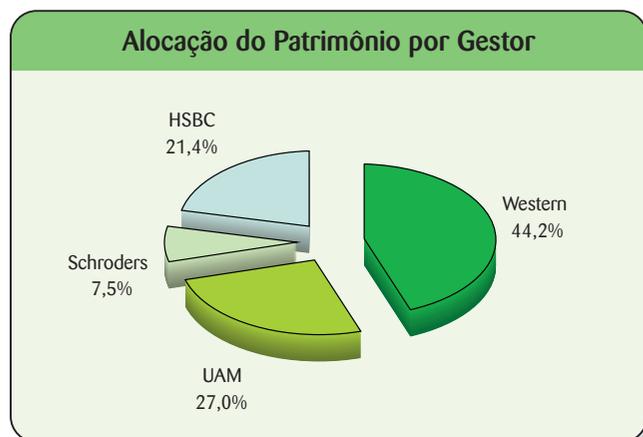
Segue abaixo a evolução do patrimônio financeiro da Entidade desde 2004 até 2008.



2. GESTÃO TERCEIRIZADA

A Entidade permanece com a estrutura de sua gestão totalmente terceirizada, o patrimônio da carteira está dividido entre os nossos 4 (quatro) gestores, são eles:

Gestores de Ativos	Renda Fixa	Renda Variável	Total	% por Gestor
Western Asset Management	131.613.807,49	28.773.479,24	160.387.286,73	44,2%
Unibanco Asset Management	82.929.964,16	14.864.804,90	97.794.769,06	27,0%
Schroders	-	27.093.635,03	27.093.635,03	7,5%
HSBC Brain Ltda.	65.419.467,08	12.091.749,84	77.511.216,92	21,4%
Total	279.963.238,73	82.823.669,01	362.786.907,74	100,0%



3. OBJETIVO DE RETORNO

Em conformidade ao que estabelece a Política de Investimentos, o objetivo de retorno no segmento de **Renda Fixa** é a composição de 3 (três) índices, denominamos como “Índice Composto” (60% do IMA-B5 + 20% do IRFM + 20% do CDI). No segmento de **Renda Variável** o índice IBX. A meta atuarial do plano de benefício é IGP-DI + 6% ao ano. No quadro abaixo é possível observar a rentabilidade dos segmentos de investimentos, assim como comparar os resultados obtidos com os “Benchmarks” estabelecidos na Política de Investimentos.

Relatório ANUAL 2008 | 2009

No quadro abaixo é possível observar a rentabilidade dos segmentos de investimentos, assim como comparar os resultados obtidos com os “Benchmarks” estabelecidos na Política de Investimentos.

em percentual

Descrição	2008					Acumulado			
	1º Tr.	2º Tr.	3º Tr.	4º Tr.	Ano	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
Carteira Global	(2,02)	4,57	(7,04)	(2,23)	(6,88)	12,76	37,74	70,92	106,16
Renda Fixa	1,82	2,21	2,55	5,92	13,04	26,40	46,97	74,39	103,81
Renda Variável	(10,13)	10,22	(27,36)	(24,55)	(45,71)	(22,65)	6,33	46,83	93,92
BENCHMARK									
Índice Composto ¹	2,23	2,63	2,61	5,47	13,55	27,64	52,09	74,75	93,10
IBX	(7,58)	8,79	(23,69)	(24,15)	(41,81)	(13,69)	17,31	61,00	108,18
IGP-DI + 6% a.a.	3,58	6,51	2,58	2,19	15,65	32,28	45,54	56,17	85,62
Benchmark Global ²	(0,33)	4,57	(5,13)	(2,91)	(4,00)	16,77	44,78	75,75	103,30

Analisando o ano de 2008, verificamos que a rentabilidade da Entidade ficou abaixo da Meta Atuarial definida na Política de Investimentos, que é IGP-DI + 6% ao ano. No ano fechamos com a rentabilidade negativa de (-6,88%), em quanto a Meta Atuarial ficou em (18,65%).

08

Quando comparamos a rentabilidade no longo prazo, pode-se verificar que no acumulado em 60 meses (106,16%) conseguimos ultrapassar a Meta Atuarial (85,62%).

O Resultado do ano de 2008 reflete a crise financeira iniciada nos Estados Unidos no segundo semestre de 2007, que afetou o mercado financeiro e a economia real global. Apesar das medidas de aumento de liquidez e dedução da taxa de juros básica realizadas, ao longo de 2008, pelos principais Bancos Centrais, as condições de crédito permaneceram bastante restritas afetando a atividade econômica.

A deterioração crescente do cenário econômico, associada ao elevado grau de incerteza, provocou fortes quedas nos mercados de ações que operaram com intensa volatilidade.

Até o terceiro trimestre de 2008, a economia brasileira vinha crescendo a taxas elevadas, alavancadas, principalmente, pelo desempenho do investimento e do consumo das famílias. No entanto, em função da intensificação da crise global no último trimestre do ano, houve uma ruptura desse ciclo de crescimento.

4. CUSTO COM A ADMINISTRAÇÃO

O quadro abaixo demonstra os custos incorridos com a administração da Entidade com as despesas referente a administração Previdenciária e de Investimentos no ano de 2008.

Descrição	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	2008
1 DESPESAS COM O PLANO DE BENEFÍCIO	513.792,98	495.747,81	545.269,80	575.740,07	2.130.550,66
1.1 Administração Previdencial	119.298,70	98.722,05	131.477,06	107.441,79	456.939,60
1.1.1 Pessoal e Encargos	31.777,31	32.052,02	46.522,17	28.176,43	138.527,93
1.1.2 Serviços de Terceiros	80.364,09	57.752,95	74.289,18	71.623,29	284.029,51
1.1.2.1 Advogados	1.171,75	11.449,43	24.983,92	(23.896,85)	13.708,25
1.1.2.2 Auditoria	-	267,58	1.022,27	-	1.289,85
1.1.2.3 Consultorias	79.192,34	46.035,94	48.282,99	95.520,14	269.031,41
1.1.3 Despesas Gerais	7.157,30	8.917,08	10.665,71	7.642,07	34.382,16
1.2 Administração dos Investimentos	394.494,28	397.025,76	413.792,74	468.298,28	1.673.611,06
1.2.1 Pessoal e Encargos	16.511,95	18.037,84	21.566,94	24.006,11	80.122,84
1.2.2 Serviços de Terceiros	365.832,29	368.135,69	382.797,76	438.334,38	1.555.100,12
1.2.2.1 Advogados	26.424,57	17.949,43	24.983,93	77.123,75	146.481,68
1.2.2.2 Auditoria	-	667,57	1.022,28	-	1.689,85
1.2.2.3 Consultorias	34.951,01	29.626,67	28.727,00	67.934,35	161.239,03
1.2.2.6 Taxa de Administração	280.878,30	297.436,98	301.231,79	270.977,56	1.150.524,63
1.2.2.7 Taxa de Custódia	18.725,09	18.862,27	20.135,26	18.065,04	75.787,66
1.2.2.8 Cetip/Selic	7.100,14	-	6.697,50	6.556,50	20.354,14
1.2.3 Despesas Gerais	9.903,22	7.289,35	9.428,04	5.957,79	32.578,40

5. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

É constituída com o objetivo de estabelecer as maneiras sobre as quais os ativos da PREVEME deverão ser investidos e é preparado para assegurar e garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da Entidade. Os investimentos deverão ser selecionados de acordo com os critérios e definições estabelecidos na política.

6. ALOCAÇÃO

Os limites de alocação da PREVEME de acordo com sua Política de Investimentos são os seguintes: **Renda Fixa:** mínimo de 60% e máxima de 85%; **Renda Variável:** mínimo de 15% e máximo de 40%.

SEGMENTO/CARTEIRA	Carteira Consolidada de 2007	% Aplicação	Carteira Consolidada de 2008	% Aplicação	Limites 3456	Limites Política de Investimentos - 2008	
						Inferior	Superior
RENDA FIXA	264.823.449,07	67,20%	280.797.066,59	77,40%	100,00%	60,00%	85,00%
Baixo Risco de Crédito	264.823.449,07	67,20%	280.797.066,59	77,40%	80,00%	-	-
Médio/Alto Risco de Crédito	-	-	-	-	20,00%	-	-
RENDA VARIÁVEL	129.246.111,56	32,80%	81.989.841,15	22,60%	50,00%	15,00%	40,00%
Ações de Mercado	129.246.111,56	32,80%	81.989.841,15	22,60%	50,00%	-	-
TOTAL DA CARTEIRA	394.069.560,63	100,00%	362.786.907,74	100,00%	-	-	-

Os valores utilizados são de investimentos e não contábeis.

10

A Resolução CMN nº 3.456, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece que uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) pode alocar seus recursos garantidores em quatro grandes segmentos: renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos/financiamentos. Além disso, estas Resoluções estabelecem as diretrizes de investimento de uma EFPC, como por exemplo, quais são os títulos passíveis de aplicação (ativos elegíveis) e os limites legais.

Podemos observar na tabela seguinte que a PREVEME cumpre os limites legais e aqueles estabelecidos em sua Política de Investimento no ano de 2008. Abaixo, destacamos o percentual de alocação dos recursos:

- a) Renda Fixa: 77,40%;
- b) Renda Variável: 22,60%.

Relatório de Enquadramento dos Investimentos

Referência: 31/12/2008

Renda Fixa	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.456	Status
Baixo Risco de Crédito				
Títulos Públicos Federais	-	0,0%	100,0%	Enquadrado
LFT	-	0,0%		
LTN	-	0,0%		
NTN	-	0,0%		
Outros Títulos de Renda Fixa	-	0,0%	80,0%	Enquadrado
Debentures Simples	-	0,0%	20,0%	Enquadrado
CDB	-	0,0%	20,0%	Enquadrado
CRI	-	0,0%	20,0%	Enquadrado
CCB	-	0,0%	20,0%	Enquadrado
Nota Promissória	-	0,0%	20,0%	Enquadrado
Fundos de Renda Fixa e FIDC	278.884.782,18	76,9%		
Fundos de Renda Fixa	278.884.782,18			
HSBC FIRF VOLGA	4.935.551,45	1,4%	100,0%	Enquadrado
HSBS FI RF AMAZONAS	13.101.547,54	3,6%		
HS RF CRE PRI MUL IV	8.069.108,85	2,2%		
HSBC FI RF TAMISA	39.176.092,87	10,8%		
UNIBANCO CASH	5.096.355,20	1,4%		
UNI MAS FI RF IMAB5	49.857.682,30	13,7%		
UNI MAS FI RF IRFM	17.250.991,00	4,8%		
UNIBANCO PREV FIM	10.724.618,71	3,0%		
WTAS PRE CREDI FICRF	1.262.564,84	0,3%		
WTAS PRE INF LIMITED	54.361.737,84	15,0%		
WTAS PRE INFLA II RF	40.628.845,95	11,2%		
WTAS PREV FIX FI RF	18.160.088,03	5,0%		
SOVEREIGN II SELIC	4.558.801,26	1,3%		
WTAS PRE FIX TARGET	11.700.796,34	3,2%		
Fundos Fidc	-	0,0%	20,0%	Enquadrado
Total - Baixo Risco de Crédito	278.884.782,18	76,9%	100,0%	Enquadrado
Médio / Alto Risco de Crédito				
Fundos FIDC	-	0,0%		
Debêntures	752,94	0,0%		
CRI	-			
CCB	-			
Total - Médio / Alto Risco de Crédito	752,94	0,0%	20,0%	Enquadrado
Total - Renda Fixa	278.885.535,12	76,9%	100,0%	Enquadrado

Relatório ANUAL 2008 | 2009

Relatório de Enquadramento dos Investimentos

Referência: 31/12/2008

Renda Variável	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.456	Status
Ações em Mercado				
Ações	67.096.742,00	18,5%		
Ações Giro	67.096.742,00	18,5%		
Ações Permanentes	-	0,0%		
Fundos de Renda Variável	14.867.585,41	4,1%		
UNIBANCO PRE IBX FIA	14.867.585,41	-		
	-			
Total - Ações em Mercado	67.096.742,00	18,5%	50,0%	Enquadrado
Participações				
Ações	-	0,0%		
Debêntures	-	0,0%		
Fundos Venture Capital	-	0,0%		
	-	0,0%		
Fundos Emergentes	-	0,0%		
Fundo Emerg. MG	-	0,0%		
Fundos Participações	-	0,0%		
Financiamento de Projetos	-	0,0%		
		0,0%		
Total - Participações	-	0,0%	20,0%	Enquadrado
Renda Variável - Outros Ativos				
Ações (BDR's e Mercosul)	106.081,76	0,0%		
	-	0,0%		
Fundos Multimercados	-	0,0%		
	-	0,0%		
Demais Ativos	-	0,0%		
Debêntures c/participação nos lucros	-	0,0%		
Certificado de Ouro Físico	-	0,0%		
Total - Outros Ativos	106.081,76	0,0%	3,0%	Enquadrado
Total - Renda Variável	82.070.409,17	22,6%	50,0%	Enquadrado

Relatório de Enquadramento dos Investimentos

Referência: 31/12/2008

Imóveis	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.456	Status
Desenvolvimento	-	0,0%		
Fundos Imobiliários	-	0,0%		
Aluguéis e Renda	-	0,0%		
Outros Investimentos Imobiliários	-	0,0%		
Total Imóveis	-	0,0%	11,0%	Enquadrado

Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.456	Status
Empréstimo	-	0,0%	15,0%	
Financiamento Imobiliários	-	0,0%	10,0%	
Total de Empréstimos	-	0,0%	15,0%	Enquadrado

Derivativos	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.456	Status
Swap	-	0,0%	100,0%	
Termo	-	0,0%	100,0%	
Futuros	-	0,0%	100,0%	
Opções	-	0,0%	100,0%	
Total de Derivativos	-	0,0%	100,0%	Enquadrado

Valores a Pagar e Receber	522.341,11			
Tesouraria	1.308.622,34			
Recursos Garantidores do Plano de Benefícios	362.786.907,74	100,0%		

Resumo da Política de Investimentos para 2009

1. OBJETIVOS DA GESTÃO

A Entidade possui um plano maduro, pagando mais benefícios do que recebendo contribuições. Os limites de alocação estabelecidos na Política de Investimentos foram determinados levando-se em consideração: as características da população de participantes ativos e assistidos do plano de benefício e a Meta Atuarial. Para tanto, foi realizado um estudo de Asset Liability Modeling (ALM) realizado em julho de 2006 serviu de base para a elaboração da política de investimentos para 2009, foram analisados os seguintes pontos:

- Distribuição da idade média dos participantes por tempo de serviço e ou contribuição;
- Reservas acumuladas;
- Índice de solvência do plano;
- Análise Macroeconômico;
- Expectativas de retornos e volatilidade dos investimentos nos segmentos de aplicação e sua relação com a meta atuarial.

14

O exame das características pontuadas a cima juntamente com a análise do “turn over” dos participantes, permite a avaliação do nível de tolerância a risco da Entidade na condução dos investimentos de modo que a meta atuarial seja superada médio/longo prazo.

Nossa meta atuarial tem como objetivo o estabelecimento da equalização dos saldos dos ativos e do passivo da Entidade no longo prazo. Inicialmente a meta atuarial estabelecida para retorno dos investimentos para o plano de aposentadoria é IGP-DI + 6% a.a.

Os Limites para Alocação dos Ativos Administrados da Entidade:

- **Renda Fixa:** mínimo de 60% e máximo de 85% dos recursos totais;
- **Renda Variável:** mínimo de 15% e máximo de 40% dos recursos totais.

Índice para Comparação de Rentabilidade (“benchmark”) e Tolerância a Risco dos Ativos Administrados da Entidade.

- **Renda Fixa:** Índice Composto (60% IMA-B 5 + 20% CDI + 20% IRF-M);
- **Renda Variável:** IBrX médio.

O “benchmark” da carteira global será representado por meio da ponderação dos “benchmarks” em renda fixa (índice Composto) e renda variável (IBrX médio) pelos “targets” definidos para cada segmento:

- **Carteira Global:** 72,5% Índice Composto; 27,5% IBrX médio.

2. GERENCIAMENTO DE RISCO

O comitê de crédito dos gestores é responsável pelo acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras e não financeiras. Além dos critérios de análise de crédito usuais de cada gestor, deve ser considerada a classificação de rating estabelecida pelas agências de rating especializadas.

3. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO

Os Gestores de recursos e Custodiante foram e serão selecionados através de parâmetros de qualificação tais como: Tradição e solidez; Capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da Entidade; Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil; Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços; Estrutura organizacional e processos de gestão; Classificação “Rating” da instituição financeira; Credenciamento perante a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil.

4. REVISÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Essa política de investimentos deverá ser revisada e aprovada pelo Conselho Deliberativo anualmente, ou, extraordinariamente quando da ocorrência de um fato relevante que possa influenciar qualquer uma das premissas que a norteiam.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Diretores, Participantes e Patrocinadores da
Sociedade Previdenciária 3M - Preveme
Sumaré - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Sociedade Previdenciária 3M - Preveme (“Entidade”), levantado em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na nota 6, a Administração, orientada por seus assessores jurídicos, reverteu durante o exercício de 2002, a provisão para o imposto de renda incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável auferidos no período de 1998 a 2002 e os correspondentes encargos de juros no montante de R\$22.354 mil em 31 de dezembro de 2002, bem como não registrou provisão passiva relativa a respectiva obrigação legal para os exercícios de 2003 e 2004. Caso a entidade continuasse a manter provisão para contingências relativa a esse assunto, o montante da referida provisão seria de aproximadamente R\$74.300 mil, correspondente a uma despesa no exercício de 2008 de aproximadamente R\$7.300 mil. Consequentemente, o exigível contingencial e as reservas e fundos estão a menor em aproximadamente R\$74.300 mil e o resultado com o programa de investimentos está à maior em aproximadamente R\$7.300 mil.
4. Em nossa opinião, exceto quanto ao ajuste mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Previdenciária 3M - Preveme em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações e as demonstrações dos fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e do fluxo financeiro desse exercício, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos parecer, datado de 11 de março de 2008, com ressalva sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo 3. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Campinas, 25 de março de 2009.

Eduardo da Silva Baptista
Sócio-contador
CRC 1SP239607/O-5
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	<u>2008</u>	<u>2007</u>	PASSIVO	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE			EXIGÍVEL OPERACIONAL		
Disponibilidades	<u>1.383</u>	<u>978</u>	Programa previdencial	332	213
REALIZÁVEL			Programa administrativo	3.444	306
Programa previdencial	284	263	Programa de investimentos	<u>275</u>	<u>1.761</u>
Programa administrativo	14	12	Total do exigível operacional	<u>4.051</u>	<u>2.280</u>
Programa de investimentos			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (nota 6)		
Renda Fixa (nota 3.2)	278.877	264.809	Programa de investimentos	<u>419</u>	<u>419</u>
Renda Variável (nota 3.2)	<u>82.969</u>	<u>130.315</u>	Total do exigível contingencial	<u>419</u>	<u>419</u>
	<u>363.527</u>	<u>396.377</u>	EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS (nota 7)		
			Provisões matemáticas		
			Benefícios concedidos (nota 3.4)	137.903	123.998
			Benefícios a conceder (nota 3.4)	<u>251.203</u>	<u>202.687</u>
			Total do exigível atuarial	<u>389.106</u>	<u>326.685</u>
			RESERVAS E FUNDOS (nota 3.5)		
			Equilíbrio técnico		
			Resultados realizados		
			Superávit técnico acumulado		66.990
			(-) Déficit técnico acumulado	(30.477)	
			Fundos		
			Programa administrativo	<u>428</u>	<u>3</u>
			Total das reservas e fundos	<u>(30.049)</u>	<u>66.993</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>363.527</u>	<u>396.377</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>363.527</u>	<u>396.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
Recursos coletados	7.085	975
Recursos utilizados	(12.861)	(11.206)
Custeio administrativo	(899)	(305)
Resultados dos investimentos previdenciais	(28.371)	68.417
Constituições de provisões atuariais	<u>(62.421)</u>	<u>(37.377)</u>
Superávit técnico do exercício	<u>(97.467)</u>	<u>20.504</u>
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
Recursos oriundos de outros programas	2.575	1.926
Despesas	(2.132)	(2.066)
Resultados dos investimentos administrativos	<u>(18)</u>	<u>12</u>
Reversões de fundos	<u>425</u>	<u>(128)</u>
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
Renda fixa	32.831	27.497
Renda variável	(59.536)	42.617
Relacionados com o disponível	(8)	(353)
Relacionados com tributos	-	(80)
Constituições (reversões) de contingências	-	369
Custeio administrativo	(1.676)	(1.621)
Resultados transferidos para outros programas	<u>28.389</u>	<u>(68.429)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos Financeiros dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
Entradas		
Recursos coletados	7.085	975
Recursos a receber	(89)	(194)
Outros realizáveis/exigibilidades	188	115
Saídas		
Recursos utilizados	(12.861)	(11.206)
Utilizações a pagar	-	(8)
Outros realizáveis/exigibilidades	-	-
	<u>(5.677)</u>	<u>(10.318)</u>
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
Entradas		
Outros realizáveis/exigibilidades	3.190	103
Saídas		
Despesas	(2.133)	(2.066)
Despesas a pagar	(54)	(2.027)
	<u>1.003</u>	<u>(3.990)</u>
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
Renda fixa	18.763	2.093
Renda variável	(13.675)	11.531
Relacionados com tributos	(1)	(93)
Constituições/(reversões) de contingências	-	369
Relacionados com o disponível	(8)	(353)
	<u>5.079</u>	<u>13.547</u>
(REDUÇÃO)/AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	<u>405</u>	<u>(761)</u>
A VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES É ASSIM DEMONSTRADA:		
No fim do exercício	1.383	978
No início do exercício	<u>978</u>	<u>1.739</u>
(REDUÇÃO)/AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	<u>405</u>	<u>(761)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Valores expressos milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Previdenciária 3M - Preveme é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de sua patrocinadora, com autonomias administrativas, patrimoniais e financeiras, tendo como principal patrocinadora a 3M do Brasil Ltda. O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 3.140 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) de 3 de março de 1983, por prazo indeterminado.

A finalidade da Entidade é instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios e pecúlio e/ou renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social assegurados aos empregados das Patrocinadoras nos termos do Regulamento Básico e Regulamentos Complementares da Entidade.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm, portanto, de contribuições das patrocinadoras, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência Social - MPS. A forma de apresentação das demonstrações contábeis contempla a segregação contábil das operações da Entidade entre os programas previdencial, administrativo e de investimentos, conforme previsto pelas Resoluções MPAS/CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e nº 10, de 5 de julho de 2002.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidas como segue:

3.1. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Apuração do resultado

O resultado do exercício foi apurado pelo regime de competência.

3.2. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Renda fixa

Apresentado ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base “pro rata” dia, inferior ao valor de realização. Os ágios e/ou deságios, ocorridos na aquisição de títulos, são mensalmente apropriados ao resultado em função do prazo decorrido. Com o advento da Resolução CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002 da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, alterada pela Resolução CGPC 22 de 25 de setembro de 2006, estabeleceu-se que:

- a) Títulos para negociação – títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais são avaliados ao valor de mercado ou de realização.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – títulos com vencimento superior a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantém interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento e são classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, registrados diretamente no resultado do período, e ajustados, quando aplicável, pelo valor de perdas permanentes. Os valores de mercado desses investimentos para fins de divulgação nas demonstrações contábeis são calculados pela taxa intrínseca dos títulos.

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fundo de aplicação em quotas - FAQ	236.985	133.707
Fundo de investimento financeiro - FIF	41.892	131.068
Debêntures não conversíveis		<u>34</u>
	<u>278.877</u>	<u>264.809</u>

Títulos mantidos até o vencimento dos bancos de investimentos Western, HSBC e Unibanco em 2007 e 2008, com o complemento do banco de investimento Schroder em 2007.

Renda variável

Representa as aplicações em ações de empresas abertas, avaliadas com base na cotação das últimas transações ocorridas em bolsas de valores. Os dividendos e os juros de capital próprio são reconhecidos, no resultado, por regime de competência. As bonificações resultantes das aplicações em ações são reconhecidas, no resultado, por regime de caixa. As quotas de fundos de investimentos de renda variável estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ações de companhias abertas	68.102	103.709
Quotas de fundos de investimentos	<u>14.867</u>	<u>26.606</u>
	<u>82.969</u>	<u>130.315</u>

3.3. EXIGÍVEIS OPERACIONAL E CONTINGENCIAL

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos e, quando aplicável, líquidos de depósitos judiciais.

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente, e são constituídas tendo como base a avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes pela administração para cobrir as perdas prováveis decorrentes dos correspondentes processos.

3.4. EXIGÍVEL ATUARIAL

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Benefícios concedidos		
Benefício do plano	<u>137.903</u>	<u>123.998</u>
Benefícios a conceder		
Benefícios do plano com geração atual	352.349	287.507
Outras contribuições da geração atual	<u>(101.146)</u>	<u>(84.820)</u>
	<u>251.203</u>	<u>202.687</u>
Provisões matemáticas	<u>389.106</u>	<u>326.685</u>

Relatório ANUAL 2008 | 2009

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais sob a responsabilidade dos consultores atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras, conforme descrito a seguir:

- a) os benefícios do plano com a geração atual registram, de acordo com o tipo do plano Benefício Definido, o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
- b) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

24

3.5. RESERVAS E FUNDOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Reservas e fundos		
Equilíbrio técnico		
Superávit no exercício	-	66.990
(-) Déficit técnico acumulado	<u>(30.477)</u>	<u>-</u>
	<u>(30.477)</u>	<u>66.990</u>
Fundos		
Programa administrativo	<u>428</u>	<u>3</u>
Provisões matemáticas	<u>(30.049)</u>	<u>66.993</u>

De acordo com o artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, não há necessidade de equacionamento imediato do déficit se o mesmo for conjuntural, de valor inferior a 10% do exigível atuarial e o fluxo financeiro seja suficiente para a cobertura dos compromissos do exercício seguinte ao da ocorrência do déficit.

O déficit apurado em 31 de dezembro de 2008, correspondente a 7,8% do Exigível Atuarial, é essencialmente conjuntural tendo em vista que as oscilações desfavoráveis do patrimônio da entidade são decorrentes da forte crise econômica que abalou o mercado financeiro no segundo semestre de 2008. A Preveme tem um fluxo financeiro positivo, pois as receitas de contribuição projetadas acrescidas do retorno esperado dos investimentos com base na meta atuarial para o próximo exercício são superiores à folha de benefícios esperada para o mesmo período.

O fundo administrativo corresponde ao valor apurado decorrente das sobras, entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas.

4. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Consoante aos dispositivos da Resolução CGPC nº 5 de 30 de janeiro de 2002 alterada pela Resolução CGPC nº 10 de 5 de julho de 2002 da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, a Entidade constituiu Fundo Administrativo, e adotou os seguintes critérios para o custeio administrativo:

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são suportadas por contribuições específicas conforme taxa estabelecida quando da reavaliação atuarial, sendo o custo administrativo com a administração dos investimentos deduzido da rentabilidade obtida mensalmente, critério esse denominado de “quota líquida”.

5. TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

Programa de investimentos

As receitas dos investimentos mensais (correção monetária, juros, ágio, prêmios, dividendos, lucros de venda, etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, IOF, prejuízos na venda, deságio, etc.), são transferidas para os programas previdencial e administrativo.

Programa previdencial

Os valores registrados como despesas administrativas previdenciais no programa administrativo, são cobertos por contribuições específicas transferidas mensalmente do programa previdencial.

Programa administrativo

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do Fundo Administrativo disponível e ao custeio das taxas de Administração dos Investimentos, além dos valores transferidos do programa previdencial para cobertura das despesas administrativas previdenciais.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra o montante das provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências fiscais (deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais). Estando composta pela seguinte principal conta:

Passiva	Probabilidade de perda				
	Ativo	2008			Total
Natureza	Depósitos Judiciais	Remota	Possível	Provável	R\$
Cíveis	(2.004)	1.424	176	286	1.886
Tributáveis	-	15.658	-	-	15.658
Trabalhistas	-	-	-	-	-
	(2.004)	17.082	176	286	17.544

Ativa	Probabilidade de perda				
	Ativo	2008			Total
Natureza	Depósitos Judiciais	Remota	Possível	Provável	R\$
Cíveis	-	-	-	-	-
Tributáveis	-	1.075	5	4.806	5.886
Trabalhistas	-	-	-	-	-
	-	1.075	5	4.806	5.886

a) **Imposto de renda**

A entidade questiona a exigibilidade do imposto de renda incidente sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras de renda fixa e variável, por considerar que estas receitas não são passíveis de tributação à luz da imunidade tributária prevista no artigo 150 da Constituição Federal de 1988.

Com base no parecer de seus consultores jurídicos, no resultado favorável obtido pela entidade junto ao Conselho de Contribuintes para os exercícios de 1994 a 1997, bem como em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal – STF para outra entidade, em circunstâncias julgadas similares pela Administração, esta entende que as alterações introduzidas pelo artigo 12 da Lei 9.532/97, vigentes a partir de 1º de janeiro de 1998, ferem o artigo 150 da Constituição Federal de 1988. Adicionalmente, com o advento da Lei nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, desde 1º de janeiro de 2005, as entidades estão dispensadas do recolhimento do Imposto de Renda sobre os rendimentos financeiros dos recursos das provisões matemáticas, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar, incluindo, por meio da lei 11.196 de 21 de Novembro de 2005, o rendimento financeiro do fundo administrativo e assistencial. A referida lei também revogou a Medida Provisória nº 2.222 de 4 de setembro de 2001, que tratava da tributação do Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário.

Considerando o posicionamento de seus assessores jurídicos, a administração reverteu, durante o exercício de 2002, a provisão para o imposto de renda incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável auferidos no período de 1998 a 2002 e os correspondentes encargos de juros no montante de R\$22.354 mil, bem como não registrou provisão passiva relativa a respectiva obrigação legal para os exercícios de 2003 e 2004.

As ações estão em tramite judicial e, no estágio em que se encontram, os assessores jurídicos as classificam com probabilidade de perda remota (ganho provável).

O saldo mantido em no passivo contingencial é considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas ações judiciais passivas.

7. EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS

O passivo atuarial, determinado pelo consultor atuarial externo, pode ser assim demonstrado:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Benefícios concedidos		
Benefício do plano	<u>137.903</u>	<u>123.998</u>
Benefícios a conceder		
Benefícios do plano com geração atual	352.349	287.507
Outras contribuições da geração atual	<u>(101.146)</u>	<u>(84.820)</u>
	<u>251.203</u>	<u>202.687</u>
	<u>389.106</u>	<u>326.685</u>

O cálculo atuarial das provisões matemáticas teve por base o regime financeiro de capitalização, sendo adotado o método de crédito unitário projetado. A estrutura do cálculo atuarial contempla aumentos salariais reais de 2% ao ano, projeção de crescimento real dos benefícios do plano de 0%, uma taxa de retorno dos investimentos à razão de 6% ao ano e tábua de mortalidade geral AT 83, tábua de mortalidade de inválidos RRB – 1983, tábua de entrada em invalidez RRB – 1944 modificada e tábua de rotatividade Towers Perrin. De acordo com o consultor atuarial, as tábuas de mortalidade utilizadas atendem ao disposto na Resolução CGPC nº 11/2002.

A movimentação do exigível atuarial e dos fundos, durante o exercício de 2007, pode ser resumida como segue:

	<u>2007</u>	Constituição (reversão) no exercício	<u>2008</u>
Provisões matemáticas	326.685	62.421	389.106
Superávit técnico acumulado			
Reserva de contingências	66.990	(97.467)	(30.477)
Fundo do programa administrativo	3	425	428

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Entidade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2008, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Numerário disponível** – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- **Aplicações financeiras** – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- **Instrumentos financeiros derivativos** – Estão compondo as carteiras de fundo de investimentos em renda variável e os riscos atrelados a essas operações são controlados pelas respectivas administradoras de cada fundo, considerando os limites operacionais definidos em contrato.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Entidade em 31 de dezembro de 2008 são como segue:

Fatores de Riscos dos ativos financeiros

Fundos de Renda Fixa e Renda Variável:

- Deterioração do valor das quotas

As composições da carteira de investimento em renda fixa estão sujeitas à forte influência da taxa básica de juros, derivada dos preços observáveis de títulos do governo que, em geral, é divulgada em publicações financeiras.

O risco de deterioração das quotas nos fundos de investimentos em renda variável é determinado pela volatilidade e valorização dos componentes das respectivas carteiras, bem como dos limites de exposição ao risco definidos em contrato de investimento.

- Risco de crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de inadimplência das contrapartes em operações realizadas com o veículo de investimento considerado (fundo de investimentos, carteira administrada, etc.) ou dos emissores de títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o

Relatório ANUAL 2008 | 2009

montante das operações contratadas e não liquidadas, assim como dos rendimentos e/ou do valor do principal dos títulos e valores mobiliários. Segundo a Resolução CMN nº 3.456, toda entidade deve estabelecer, com base em agências classificadoras de risco de crédito em funcionamento no País, quais são os ratings considerados como de baixo risco de créditos por ela.

Mercado de Ações:

- Volatilidade (isto é, a magnitude de futuras alterações no preço do instrumento financeiro ou de outro item).

Normalmente é possível estimar razoavelmente a volatilidade de itens negociados ativamente com base em dados de mercado históricos ou usando as volatilidades implícitas com base nos preços correntes de mercado.

A rentabilidade dos investidores é composta de dividendos ou participação nos resultados e benefícios concedidos pela empresa emissora, além do eventual ganho de capital advindo da venda da ação no mercado secundário (Bolsa de Valores). O retorno do investimento dependerá de uma série de fatores, tais como desempenho da empresa, comportamento da economia brasileira e internacional. Levando em consideração os objetivos de retorno e os níveis de tolerância a risco da Entidade, os limites de risco para cada gestor estão nos seus respectivos mandatos.

30

- Liquidez

O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento considerado (fundo de investimento, carteira própria, etc.) nos respectivos mercados em que são negociados. Nesse caso, o gestor do veículo de investimento considerado pode encontrar dificuldades para negociar os referidos títulos e valores mobiliários pelo preço e no tempo desejados para liquidar as posições.

Visando manter a liquidez dos ativos, a Entidade não considera aplicação de recursos em ativos imobiliários. Além disso, o Comitê de Investimentos revisa periodicamente a metodologia de controle de liquidez dos ativos contidos nos fundos de investimentos de renda fixa da Entidade.

Parecer Atuarial

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2008 do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/06/2008.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

Em relação aos benefícios avaliados e condições dos benefícios ora considerados, a avaliação atuarial de 2008 reflete o regulamento em vigor, aprovado por meio do Ofício nº 2672/SPC/DETEC/CGAT, de 25/7/2008.

I – ESTATÍSTICAS

O total de participantes ativos do plano é igual a 3.386, sendo 2.507 do sexo masculino e 879 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 36,3 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 18,7 anos.

O total de participantes aposentados é igual a 280.

O total de grupos familiares recebendo benefício de pensão por morte é igual a 68.

O total de participantes em período de aguardo de receber benefício é igual a 128.

Com base na tábua de mortalidade geral, os participantes aposentados válidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 16,2 anos.

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

A seleção do conjunto de hipóteses e métodos atuariais empregados nos cálculos atuariais dos compromissos e custos representados pelo Plano de Benefícios, resultou de um processo de interação entre a Towers Perrin e a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME, a quem coube a decisão final após adquirir plena noção de seu impacto sobre os resultados obtidos. Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

• Hipóteses Financeiras

- Taxa real anual de juro: 6,0%
- Projeção do crescimento real de salário: 2,0 %
- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: 0,0%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
Salários: 98%
Benefícios do plano: 98%

• Hipóteses Biométricas

- Tábua de Mortalidade Geral: AT – 1983 Basic ⁽¹⁾
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: RRB – 1983
 - Tábua de Entrada de Invalidez: RRB – 1944 modificada
 - Tábua de Rotatividade: Towers Perrin
- ⁽¹⁾ Segregada por sexo.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses. Um importante aspecto que sempre precisa ser levado em consideração, é que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento e sua economia está sempre sujeita a alterações em função de fatores internos e externos que não podemos prever no momento. Dessa forma, o conjunto de hipóteses atuariais deve periodicamente ser revisto para melhor se adequar ao momento econômico do Brasil.

32

• Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios, deveria ser definida com base nas taxas de juros reais de títulos de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial. Essas taxas, observadas nos títulos públicos (NTN-B), encontravam-se na data da avaliação em torno de 7,4% a.a. (sete vírgula quatro por cento ao ano). Contudo, tendo em vista o limite máximo de 6% a.a. para taxa de desconto determinado pela Resolução CGPC no 18, a taxa adotada foi de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

• Projeção do crescimento real de salário

A projeção do crescimento real de salário é de 2% a.a. (dois por cento ao ano), que reflete a expectativa da 3M do Brasil com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado participante do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME. Tal projeção é consistente com o planejamento da área de recursos humanos.

- **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo**

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período entre duas avaliações atuariais.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 4,0%.

- **Tábuas Biométricas**

As tábuas biométricas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo. A sua utilização deve ser periodicamente revista à luz da experiência real da massa de participantes da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME.

- **Regime Financeiro e Métodos Atuariais**

- Regime Financeiro – Capitalização
- Métodos atuariais – para avaliação atuarial de todos os benefícios foi adotado o método de Crédito Unitário Projetado.

O método atuarial de Crédito Unitário Projetado adotado na avaliação atuarial do Plano de benefícios está de acordo com o método de financiamento mínimo dos encargos atuariais previsto na Resolução CGPC nº 11 de 21/08/2002.

- **Atendimento à Resolução CGPC nº 18/2006**

As expectativas de vida dos participantes ativos, ao se aposentarem, e dos aposentados válidos utilizando a tábua de mortalidade geral descrita neste parecer atuarial são de 22,4 anos e 17,8 anos, respectivamente.

O número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos e rotatividade observados nos doze meses posteriores à avaliação atuarial anterior realizada em 30/06/2007, foi de 10, 1, 0 e 83, respectivamente, enquanto o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 2007 foi de 10,1; 6,4; 0 e 62.

As incidências de morte, invalidez e rotatividade do plano continuarão sendo anualmente monitoradas para permitir a escolha de novas tábuas biométricas apropriadas à experiência da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME.

- **Índice de reajuste dos benefícios**

Os benefícios do plano são reajustados anualmente, no mês de novembro, de acordo com o índice de reajuste dos salários aplicados em caráter geral pela patrocinadora.

Relatório ANUAL 2008 | 2009

III – APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Com base no Balanço da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME de 31 de dezembro de 2008, o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios foi apurado conforme abaixo indicado:

	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Bruto	363.526.873,16
• Exigível Operacional	(-) 4.051.570,42
• Exigível Contingencial	(-) 419.177,70
Ativo Líquido dos Exigíveis	359.056.125,04

A Towers Perrin não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o patrimônio do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Sociedade sobre o valor de mercado desses ativos.

IV – EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Exigível Atuarial e dos Fundos em 31 de dezembro de 2008 é a seguinte:

	<u>Valores em R\$</u>
Exigível Atuarial	389.105.315,01
• Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	137.902.583,00
• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	251.202.732,01
• Benefícios do Plano Com Geração Atual	352.349.004,55
• Outras Contribuições da Geração Atual	(101.146.272,54)
Reservas e Fundos	(30.049.189,97)
• Déficit Técnico Acumulado	(30.476.919,16)
• Fundo Administrativo	427.729,19

De acordo com o artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, não há necessidade de equacionamento imediato do déficit se o mesmo for conjuntural, de valor inferior a 10% do exigível atuarial e o fluxo financeiro seja suficiente para a cobertura dos compromissos do exercício seguinte ao da ocorrência do déficit.

O déficit apurado em 31 de dezembro de 2008, correspondente a 7,8% do Exigível Atuarial, é essencialmente conjuntural tendo em vista que as oscilações desfavoráveis do patrimônio da entidade são decorrentes da forte crise econômica que abalou o mercado financeiro no segundo semestre de 2008. A PREVEME tem um fluxo financeiro positivo, pois as receitas de contribuição projetadas acrescidas do retorno esperado dos investimentos com base na meta atuarial para o próximo exercício são superiores à folha de benefícios esperada para o mesmo período. Assim sendo, recomendamos aguardar a apuração dos resultados do final do exercício de 2009 para se tomar qualquer medida quanto ao equacionamento do déficit.

V – PLANO DE CUSTEIO

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras efetuem, a partir de março de 2009, as contribuições equivalentes a 5,28% da folha de salários dos participantes, sendo 4,96% correspondente ao custo normal e 0,32% para cobertura das despesas administrativas.

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

VI – CONCLUSÃO

A rentabilidade do patrimônio, considerando os fluxos de receitas e despesas, apurada no período de 01/01/2008 a 31/12/2008 foi de INPC - 12,91%.

Alertamos que a rentabilidade medida não deve ser considerada para análise do desempenho da gestão dos investimentos, pois o critério utilizado se apóia na mensuração da taxa de retorno do patrimônio líquido e não da taxa de retorno dos investimentos totais.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios, informo que, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, perdurando a situação deficitária do plano no encerramento do exercício de 2009, será imperioso o equacionamento do déficit, independente do valor e da causa da sua origem.

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.
Rio de Janeiro, 11 de março de 2009

Alessandra Figueiredo Lavorato Cordeiro
MIBA 871

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 31 de março de 2009, às 10:00 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda., sala 2, Edifício 23. PRESENÇA: CONSELHEIROS – MARCIO JOSÉ GORINO, FÁBIO HENRIQUE DE ARAÚJO, CELSO MARCOS HONÓRIO, MARIA AMÉLIA RAMOS e como convidada, SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, portadora do RG nº. 14.280.330-3 e no CPF sob nº. 068.432.688-46. MESA: MARCIO JOSÉ GORINO – Presidente e SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO – Secretária. ORDEM DO DIA: deliberar sobre i) resultados obtidos em Avaliação Atuarial de 30 de março de 2009, do Plano de Aposentadoria da Sociedade e níveis de contribuições recomendados para o exercício, apresentados pela Diretoria da Sociedade; (ii) Balanço Anual, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos Financeiros e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Sociedade; (iii) forma de divulgação dos documentos citados no item (ii) aos Participantes, (iv) outros assuntos de interesse da Sociedade. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: (i) Em discussão ao primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Conselho os principais resultados obtidos na Avaliação Atuarial de 30 de março de 2009, do Plano da Sociedade, documentados no Parecer Atuarial, de 30 de março de 2009, elaborado pela Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda., aprovados pela Diretoria da Sociedade, em Reunião Ordinária realizada nesta data às 09:00 horas e ora apresentados a este Conselho. Após tomar conhecimento do conteúdo do referido Parecer Atuarial, os Srs. Conselheiros aprovaram o seu inteiro teor, destacando-se, em especial, os níveis de contribuição da Patrocinadora à Sociedade, propostos para o exercício de 2009, conforme demonstrativos inseridos no referido Parecer Atuarial, assim como a utilização dos recursos registrados em Fundo Previdencial para a cobertura das contribuições da Patrocinadora. (ii) Prosseguindo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação do Conselho as demonstrações contábeis consolidadas apresentadas pela Diretoria Executiva da Sociedade a quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme parecer que delas faz parte integrante, após o que este Conselho deliberou pela aprovação sem ressalvas. Passando para o item (iii) da Ordem do Dia, os Conselheiros aprovaram que a divulgação dos documentos citados no item (ii) aos Participantes será feita por meio do jornal da entidade. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré, 31 de março de 2009.

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 31 de março de 2009, às 14:00 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda., sala 2, Edifício 23. PRESENÇA: CONSELHEIROS PRESENTES– BENEDITO JOSÉ DALBEN, ODAIR CARLOS FARIAS, LUCIA AKEMI S. SERRADILHA, HUGO DE SOUZA AGOSTINI e, como convidada, SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO, brasileira, casada residente e domiciliada no Município de Campinas, Estado de São Paulo, portadora do RG nº. 14.280.330-3 e no C.P.F. sob nº. 068.432.688-46. MESA: BENEDITO JOSÉ DALBEN – Presidente e SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO – Secretária. ORDEM DO DIA: (i) deliberar sobre resultados obtidos em Avaliação Atuarial de 30 de março de 2009, do Plano de Aposentadoria da Sociedade e níveis de contribuições recomendados para o exercício; (ii) Balanço anual, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos Financeiros e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Sociedade; (iii) forma de divulgação dos documentos citados no item (ii) aos Participantes e aos Assistidos; e (iv) outros assuntos de interesse da Sociedade. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os principais resultados obtidos na Avaliação Atuarial de 30 de março de 2009, do Plano da Sociedade, documentados no Parecer Atuarial, de 30 de março de 2009, elaborado pela Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda., aprovados pela Diretoria da Sociedade, em Reunião Ordinária realizada nesta data às 09:00 horas e ora apresentados a este Colegiado. Após tomar conhecimento do conteúdo do referido Parecer Atuarial, os Srs. Conselheiros aprovaram o seu inteiro teor, destacando-se, em especial, os níveis de contribuição da Patrocinadora à Sociedade, propostos para o exercício de 2009, conforme demonstrativos inseridos no referido Parecer Atuarial, assim como a utilização dos recursos registrados em Fundo Previdencial para a cobertura das contribuições da Patrocinadora. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente colocou à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os documentos apresentados pela Diretoria da Sociedade e citados no item (ii) da Ordem do Dia, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer que delas faz parte integrante. Discutido o assunto o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registram-se parecer favorável dos auditores independentes, exonerar da responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria da Sociedade. Os documentos objeto das deliberações, supra mencionados nos itens (i) e (ii) da Ordem do Dia, foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na Sociedade. Passando para o item (iii) da Ordem do Dia, os Srs. Conselheiros aprovaram que a divulgação dos documentos citados no item (ii) aos Participantes e aos Assistidos será feita por meio do jornal da entidade conforme aprovação da Diretoria. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré, 31 de março de 2009.

Diretor Superintendente
Responsável
Coordenação
CTP e Impressão

Júlio Gândara
Soraya Paula Costa Benito
Jefferson de Oliveira
Gráfica Mundo

Relatório ANUAL 2008 | 2009

é uma publicação anual dirigida
a todos os integrantes da

PREVEME
Sociedade Previdenciária 3M



Relatório ANUAL 2008 | 2009